

Novos valores e formas de vida no Macau dos anos 90**

Macau é um território cultural e politicamente complexo. Não se pode afirmar que exista uma sociedade ou uma cultura de Macau, mas também dizer que há duas ou três seria igualmente abusivo. A complexidade sócio-cultural do território é estruturada por dois eixos — um étnico e o outro linguístico. Esses dois eixos, porém, não são isomórficos ou correspondentes. Assim, hoje a própria definição de «macaense» como categoria de classificação étnica (refiro-me aos euro-asiáticos, também conhecidos no território como «filhos da terra») presume que, de um ponto de vista linguístico, este grupo constitui uma charneira entre as comunidades linguísticas lusófona e sinófona.

Quando falamos de Macau, é frequente usarmos a palavra «comunidade» em dois sentidos distintos. No sentido *étnico*, quando falamos de comunidade macaense, ou chinesa, ou filipina. Neste caso referimo-nos a um grupo de pessoas e famílias que partilham de um conjunto de instituições e valores que consideram ter uma origem comum e que trabalham conjuntamente com vista a um futuro comum. Alternativamente, no sentido *linguístico*, quando falamos de comunidade lusófona ou comunidade sinófona, referimo-nos a um grupo de pessoas que, para além de partilharem uma língua em comum, partilham também aquilo que a essa língua está ligado: uma série de definições do que é o mundo, que estão silenciosamente implícitas nessa língua.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este curto ensaio, elaborado em colaboração com Nelson Lourenço, foi apresentado como introdução a um fórum subordinado ao tema «Novos valores e formas de vida no Macau dos anos 90» organizado em Novembro de 1992 pelo Gabinete de Estudos e Investigação do Instituto Cultural de Macau e para o qual foram convidados representantes dos departamentos da Administração e outras instituições de interesse público do território. A investigação que suporta estas observações foi realizada no âmbito de um projecto de investigação coordenado por mim próprio e por Nelson Lourenço, intitulado «Família e etnicidade: a comunidade macaense», subsidiado pelo Instituto Cultural de Macau.

Em Macau o inter-relacionamento entre estes dois vectores de integração cultural é complexo e altamente dependente do clima político vigente a cada momento. Ora, de um ponto de vista político, o território tem sido sempre caracterizado por uma grande instabilidade, que se deve ao facto de a sua própria existência assentar sobre uma poderosa contradição sócio-política: *embora permanecendo chinês, Macau é um território administrado pelo Estado português*. Esta contradição funciona a vários níveis, manifestando-se diferentemente para cada um dos principais intervenientes:

- a) *Os portugueses da República* — que reclamam a sua autoridade como potência administradora, sabendo, porém, que não têm poder para exercerem a administração sem a anuência chinesa;
- b) *Os filhos da terra, ou macaenses* — os únicos, afinal, que pertencem a Macau pela sua origem, mas que não detêm quaisquer direitos especiais de soberania;
- c) *Os chineses de Macau*, que são chineses de pleno direito, sem terem até hoje desenvolvido qualquer identidade política própria enquanto cidadãos de Macau. Estes, porém, embora identificando-se plenamente como chineses de um ponto de vista étnico, sentem-se mal governados pelo Estado chinês. Como diz Albert Yee, eles sofrem da síndrome de *people misruled*¹. Isto quer dizer que se sentem protegidos nos seus direitos individuais (mas não nos seus direitos colectivos) por uma autoridade política que, de um ponto de vista étnico, não os representa;
- d) *As autoridades chinesas* e particularmente as sediadas no delta do rio das Pérolas, que, sabendo-se detentoras, em última instância, dos direitos de soberania territorial, sabem também que, caso insistissem em exercer esse direito, destruiriam por completo Macau e todos os benefícios políticos e económicos que dele advêm para o Sul da China.

Por conseguinte, por um lado, as autoridades chinesas sentiram-se sempre com direito para intervirem sobre os desígnios de Macau, mas até ao surgimento da Declaração Conjunta, em 1987, não tinham meios para o fazerem directamente. Por outro lado, os chineses de Macau, quando tiveram necessidade de exprimirem as suas reivindicações, não encontraram veículo institucional para o fazerem. É essa a origem dos chamados *incidentes* — esses distúrbios sociais tão próprios de Macau e de Hong-Kong (onde são chamados *troubles*).

No dia a dia a contradição que identificámos está submersa, mas vai acumulando forças de cada vez que ocorre qualquer fricção étnica. É como uma mola que vai sendo lentamente pressionada até que ultrapassa a força do gancho que a prende. Nesse momento explode, libertando toda a sua

energia. Quando tal ocorre, Macau deixa de funcionar como uma sociedade viável, pois a autoridade visível — a administração portuguesa — perde toda a sua legitimidade.

É neste sentido que devemos interpretar a locução proverbial, tão difundida nos meios macaenses, de que Macau é uma terra sujeita a tufões, tanto meteorológicos como políticos. Numa entrevista que gentilmente nos concedeu o Dr. Carlos Assumpção dizia-nos sobre os macaenses: «Nós, os macaenses, não somos como o ferro, que quebra; somos como o bambu, que dobra. Vem o tufão, e somos atirados ao chão, mas logo se segue o bom tempo, e voltamos a endireitar-nos, espalhando os ramos².»

Esta imagem diz imenso sobre o território e a sua história política. Por muito contraditória que seja a sua existência em termos políticos, Macau foi sempre uma *necessidade* no delta do rio das Pérolas (antes da fundação de Hong-Kong, como único ponto de apoio aos comerciantes ocidentais na região; depois da fundação da colónia britânica, na década de 1840, como porto livre e casino). Por conseguinte, depois da explosão dos *incidentes*, tem surgido sempre a bonança. Assim foi depois da morte de Ferreira do Amaral, depois da revolta dos *boxers*, depois dos incidentes laborais dos anos 20, depois da guerra do Pacífico, depois dos incidentes de 1952 e depois do 1, 2, 3, em 1967.

Os anos 60 em Macau foram um desses períodos de lenta gestação de uma crise em que a mola se vai encolhendo, e encolhendo, até a força acumulada dar azo a uma explosão. Dois aspectos desse processo merecem ser sublinhados. Em primeiro lugar, de um ponto de vista sócio-económico, os anos 60 foram o período em que se lançaram as bases para o surgimento futuro de uma classe média chinesa ligada ao sector dos serviços. Até então a sociedade chinesa local era essencialmente composta por um pequeno grupo de comerciantes relativamente prósperos (e que controlavam economicamente a cidade) e um grupo fluido de trabalhadores manuais originários da sociedade rural do delta, cuja relação com a cidade fora sempre muito passageira e incerta. Nos anos 60, contudo, e seguindo tardiamente as pegadas de Hong-Kong foi-se estabelecendo em Macau uma classe média chinesa com novos valores e expectativas de promoção sócio-económica. Não é por acaso que os distúrbios do 1, 2, 3, foram despoletados por agravos ao estabelecimento de uma escola chinesa na Taipa.

Em segundo lugar, de um ponto de vista político, foi no decorrer dos anos 60 que ocorreu uma importante mudança sobre quem representa legitimamente para os chineses de Macau os direitos chineses de soberania sobre

² Posteriormente a termos apresentado este texto, Teresa Sena chamou-nos a atenção para o facto de que a metáfora tem uma história literária estabelecida: v. Silva Rego, *A Presença Portuguesa em Macau* (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, p. 107), onde se pode ler: «Macau, semelhante ao bambu chinês, soube dobrar-se às inclemências do tempo, à espera de que passasse o tufão e que o deixasse erguer de novo a sua elegante haste para o céu.» Trata-se de uma imagem tradicional chinesa que, contudo, não é aplicada pelos Chineses ao bambu, por considerarem que este se parte com excessiva facilidade.

o território. Anteriormente, os chineses de Macau estavam incertos entre o governo *kuomingtang* de Taiwan e o governo comunista da República Popular. Contudo, na época anterior à revolução cultural (1966-1976) os comunistas levaram a cabo com sucesso uma política de criação de alianças com os líderes das comunidades chinesas no exterior — os chamados «capitalistas patriotas». A partir de então, os chineses de Macau passaram a ver o governo da RPC como o legítimo detentor dos direitos chineses de soberania³. Nas palavras de uma residente portuguesa de longa data, «depois de 1966 foi proscrita, por exigência da China continental, a bandeira, assim como as festas, da China nacionalista. Mas antes disso também eu abri a boca de pasmo, como muitos outros recém-chegados, ao ver a nossa bandeira tremulando alegremente, em certas ruas, entre a bandeira azul da China de Chiang Kai Shek e a bandeira vermelha da China de Mao Tse Tung.»⁴

A conjugação destes dois factores — o sócio-económico e o político — vem mudar os termos da dinâmica da contradição sobre a qual assenta Macau, dando azo a essa grande explosão que foi o 1, 2, 3.

A conjuntura política da China — marcada pela revolução cultural —, assim como a situação em que o Estado português se encontra durante os anos da guerra colonial, significam que o período que vai de 1967 aos meados dos anos 70 foi um compasso de espera, doloroso e incerto, para todos os habitantes do território: «esses terríveis oito anos», como nos dizia uma senhora macaense. O renascimento de Macau, contudo, inicia-se logo nos últimos anos da década de 70. Ele está precisamente ligado a alterações ocorridas nos mesmos dois factores de mudança.

No que se refere ao *factor político*, há dois aspectos a considerar. Por um lado, as mudanças em Portugal no período pós-25 de Abril e na China no período que se segue à morte de Mao Tsé-Tung permitem que se reinicie um relacionamento político directo entre os dois Estados. Por outro lado, os governantes chineses começam a permitir que Macau seja inundado por novos imigrantes. Por muito que fossem refugiados dos males do regime comunista chinês, os novos imigrantes estavam intimamente ligados à sociedade chinesa da RPC. Qualquer ambiguidade que anteriormente pudesse ainda ter existido sobre quem era o detentor legítimo dos direitos chineses de soberania sobre Macau desapareceu por completo no momento em que a maioria da população de Macau passou a ser constituída por chineses vindos recentemente da China continental.

Quanto ao factor *sócio-económico*, o surto de desenvolvimento da costa asiática do Pacífico vem permitir ao território um desenvolvimento económico que há muito não tinha. Ora, é importante perceber-se que o capital que liderou este desenvolvimento em Macau foi essencialmente capital chinês originário de Hong-Kong. É sobre ele que vem surgir, com a pujança que

³ V. Jorge Morbey, *Macau 1999: O Desafio da Transição*, Macau, 1990.

⁴ Graciete Batalha, *Bom Dia, S'Tora!*, ICM, Macau, 1991, p. 37.

hoje lhe conhecemos, a nova classe média chinesa do território. Trata-se de nada mais do que a mesma classe média que, em Hong-Kong, nos anos 60, tinha retirado aos macaenses os lugares intermédios que eles até então detinham no sector bancário e financeiro daquela colónia.

Assim, para a definir, usarei dos mesmos termos com que Ian Scott define a classe média da colónia inglesa: «A sua principal característica é ser mais um grupo de assalariados do que uma burguesia tradicional de controle de produção. Deve o seu bem-estar à expansão das burocracias dos sectores público e privado, à necessidade que a economia tem de maior número de profissionais e às novas oportunidades abertas pelo sector financeiro⁵.»

Esta definição obriga-nos a fazer uma observação importante para a compreensão da realidade política e social de Macau. O desenvolvimento não ocorreu unicamente no sector privado, mas também no sector público. Como resultado da negociação de novos e mais proveitosos contratos de jogo, a administração deu um salto exponencial. A partir da segunda metade dos anos 70 surge toda uma nova série de possibilidades de emprego na administração para os macaenses. Em 1988, 44,4% dos trabalhadores da administração estavam no emprego há menos de 10 anos,⁶ o que mostra bem quão importante foi o impacto dessa expansão. Os salários dos funcionários melhoraram consideravelmente e as prerrogativas que estes auferem foram-se tornando mais significativas.

De forma sumária, podemos caracterizar a expansão administrativa como ocorrendo a três tempos. Substituindo Nobre de Carvalho, em Novembro de 1974, o governador Garcia Leandro instaura um governo em que existem quatro secretários-adjuntos e dez serviços. Este primeiro período estende-se sensivelmente através do governo de Melo Egídio (1979-1981). O segundo período é iniciado por Almeida e Costa, cujo governo integra seis secretários-adjuntos e, depois das reformas de 1983, 38 serviços. Durante o breve consulado de Pinto Machado (1986-1987) a situação mantém-se estável. Só entramos no terceiro período como resultado das reformas lideradas por Carlos Melancia (1987-1990). O seu governo funciona já com 47 serviços, mas o número aumenta rapidamente. Presentemente, o governo de Rocha Vieira (1991) integra sete secretários-adjuntos e 61 serviços.

Abriram-se, portanto, novas perspectivas na área dos serviços, tanto no sector privado como na administração. A classe média que assim surge é etnicamente dividida: ao mesmo tempo que, no sector público, os macaenses («filhos da terra») conseguiram reter o seu tradicional predomínio

⁵ Ian Scott, *Political Change and the Crisis of Legitimacy in Hong-Kong*, Oxford University Press, Hong-Kong, 1989.

⁶ António Tavares de Castro, «Estrutura organizacional da administração de Macau no último quartel do século XX: uma abordagem histórico-prospectiva», in *Administração*, 6 (4), 1989, p. 645.

mínio, o desenvolvimento do sector privado veio permitir um novo papel à classe média chinesa.

Podemos identificar dois factores que tendem a dificultar aos intervenientes esta percepção de que nas décadas de 80 e 90 estes dois tipos sociais aparentemente tão diferenciados são realmente parte de um mesmo processo sócio-económico: uma mesma classe média etnicamente dividida. Em primeiro lugar, a diferente relação entre inserção de classe e grupo étnico. Os «filhos da terra» estão praticamente todos envolvidos em processos de reprodução familiar de classe média. Nos finais da década de 70, em ligação com uma considerável alteração nas estratégias matrimoniais dominantes, ocorreu um esbatimento da antiga oposição entre «famílias tradicionais» e famílias recentes, que estava ligada a esquemas de diferenciação e discriminação internas à comunidade macaense⁷. Pelo contrário, porém, a classe média chinesa continua a fazer parte de um vasto universo étnico, profundamente dividido em termos de inserção de classe.

Em segundo lugar, urge considerar o papel político das elites étnicas que representam cada um dos dois grupos. Os macaenses ligados ao sector público são uma classe média antiga — com uma elite já formada, bem posicionada e tradicionalmente legitimada através da referência a um capital de portugalidade, as chamadas «famílias tradicionais».

A classe média chinesa do sector privado, pelo contrário, é constituída maioritariamente por pessoas que emergiram da grande massa de imigrantes vindos da China depois de 1976. A elite que a tem representado até hoje é a que se formou com a aliança entre os «capitalistas patriotas» e a RPC no período que antecedeu a revolução cultural, os chamados «chineses tradicionais de Macau».

A aliança entre estas duas elites, que foi forjada perante o desafio que marcou o governo de Almeida e Costa e que era representada pelas figuras de Ho Yin e Carlos d'Assumpção, parece estar a mudar de natureza como resultado de vários processos, nomeadamente o amadurecimento político da classe média chinesa. As eleições de 1992 mostraram-nos que o seu controle político ainda é forte, mas que os termos da discussão estão em plena mudança. É importante compreendermos que tal se passa tanto por referência aos macaenses como aos chineses. Aliás, se voltar a verificar-se a já conhecida ligação entre os desenvolvimentos políticos e económicos entre Hong-Kong e Macau, é de prever que, também neste território, a nova classe média chinesa venha a procurar dentro da sua própria *intelligentzia* as bases para a constituição de uma nova hegemonia política, por relação à qual a oposição étnica entre macaenses e chineses será renegociada.

⁷ V. conceitos de «contexto matrimonial» de produção e de reprodução em João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, «A questão das origens: as relações interétnicas e a condição feminina em Macau», in *Sociologia e Práticas*, 11, pp. 9-25, 1992, Lisboa; versão mais completa em «A questão das origens: família e etnicidade macaenses», in *Revista de Cultura*, 16, pp. 104-125, 1992, Macau.

Talvez a descoberta mais interessante que fizemos no âmbito do nosso projecto de investigação é que no decorrer da década de 80 se verificou o que frequentemente se chama, em linguagem sociológica, uma convergência de lugares de classe de dois grupos de origens étnicas distintas. Não há complexidade étnica sem fricção étnica — em Macau essa fricção é bem patente, e os sentimentos ambíguos de agressividade que ela gera nos agentes sociais são franca e abertamente expressos diariamente por todos os participantes. Contudo, no decorrer das últimas duas décadas ela foi sendo resolvida pontualmente, sem ter dado azo até hoje a qualquer dinâmica potencialmente explosiva. Tal se deve tanto ao crescimento económico excepcional que se tem verificado desde os finais dos anos 70 como ao facto de os dois grupos em causa estarem ligados a sectores económicos distintos, pelo que o potencial de conflito étnico foi sendo ultrapassado.

Em seguida identificarei alguns dos aspectos desta convergência. Em primeiro lugar, encontrando-se em níveis económicos e educacionais comparáveis, há uma crescente tendência para a realização de casamentos entre pessoas de etnias diferentes, mas posições de classe semelhantes. Entre 1975 e 1990, 64% dos casamentos católicos que envolveram um nubente macaense realizaram-se com um chinês. Ao mesmo tempo, a assimetria de género (sexo) que caracterizava os casamentos interétnicos no período anterior tende a desaparecer: entre 1961 e 1964, nos casamentos católicos que envolveram um nubente chinês e um nubente macaense, a percentagem em que o noivo era chinês era de 20%; entre 1987 e 1990, porém, o homem é chinês em 46% dos casos⁸.

Em segundo lugar, estando ambos os grupos igualmente sujeitos à sociedade de consumo e aos *mass media*, ambos reagiram, integrando-se progressivamente no universo dos *mass media* controlados por Hong-Kong. Hoje em dia as referências culturais dominantes⁹, tanto para os jovens chineses como para os jovens macaenses, são as veiculadas pelos canais televisivos ingleses e cantonenses de Hong-Kong.

Em terceiro lugar, de um ponto de vista linguístico, há a procura de uma linguagem comum. Não quero dizer com isto que haja uma única língua, mas sim que a preocupação com a existência de veículos de comunicação linguística é hoje patente. Os macaenses mais jovens já não falam o cantonense roufenho dos mais velhos; pelo contrário, muitos honram-se até do seu cantonense padrão e há mesmo um bom número que começa a aprender a escrever chinês. Quase todos os chineses de classe média, por outro lado, falam hoje o inglês internacional, que permite a sua integração na cultura global veiculada pelos *mass media* internacionais e que os macaenses já falam desde os meados

⁸ V. João de Pina Cabral *et al.*, *Relatório Descritivo sobre o Casamento Católico em Macau, 1960-1990*, Instituto Cultural de Macau. 1991, policopiado.

⁹ Não no sentido de alta cultura, mas sim no sentido antropológico de cultura como um fenómeno total.

do século passado. Finalmente, verifica-se de 1987 a esta parte um crescente interesse em aprender português por parte dos jovens chineses com aspirações a serem quadros tanto no sector público como no privado.

Em quarto e último lugar, de um ponto de vista político, há uma visão crescentemente comum da sua inserção no futuro político da cidade pós-1999. Esta visão é marcada por dois pólos só aparentemente antagónicos. Por um lado, a necessidade de lutar por um futuro mais seguro em Macau — representada pelos desejos de maior democracia e de reforço das instituições vigentes no período pós-99. Por outro lado, a política de abandono — simbolizada pela corrida ao passaporte e pela casa comprada no estrangeiro e que se aplica a ambos os tipos de classe média de Macau por igual.

Em conclusão, para que uma cidade funcione como um espaço de segurança é necessário que exista cooperação e autoridade. Essa autoridade, porém, necessita de ser legítima para que as pessoas não a boicotem. Uma cidade onde existem diferentes etnias é necessariamente sujeita a fricções, que não necessitam, porém, de ser destrutivas. Na verdade, as grandes cidades de hoje são todas multiétnicas. Mas há uma coisa que uma cidade tem de ter se quiser afirmar-se como um espaço de segurança: um sentimento de pertença comum, uma *cidadania*.

Ora, essa cidadania, onde quer que se verifique, é sempre um *projecto*. Isto é, ela é uma visão do futuro baseada numa leitura particular do passado. Só os que se recusam a ler a história é que podem pensar que aquilo de que eles não gostam no passado, por o considerarem mau, deve ser destruído da memória, escondido e esquecido. Como exemplo, temos a insistência por parte das autoridades comunistas e a pronta anuência por parte das autoridades portuguesas na remoção da estátua de Ferreira do Amaral. É certo que hoje ninguém em Macau se identifica com o projecto de dominação colonial que movia esse aguerrido e malgrado governador. Contudo, a remoção da estátua acabou por não satisfazer nenhum dos grupos que se sentem identificados com Macau, nem os macaenses nem os chineses de classe média de Macau. Para todos estes cometeu-se um atentado ao património histórico da cidade.

Macau tem uma classe média pujante, etnicamente dividida, é certo, mas, hoje mais do que nunca atravessando um processo de aproximação cultural e política. Compete a quem determina os designios do território saber captar a sede de segurança e de futuro que leva uns a fugir e outros, teimosos e amedrontadamente, a ficar. Essa sede só será respondida se, a partir do passado de Macau, se conseguir construir uma imagem do futuro, um sentimento de acção legítima conjunta, uma cidadania que ultrapasse as memórias conflituais de lutas hoje ultrapassadas.